

FESPEBAHIA

Federação das Entidades de
Servidores Públicos do Estado da Bahia

Bahia pode conceder reajuste maior que 4% sem comprometer suas finanças

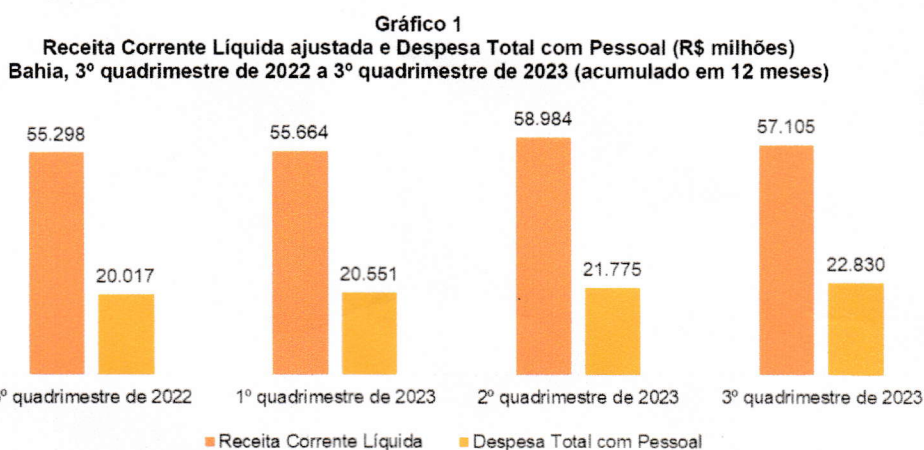
Dirigimo-nos a vossas excelências solicitando que analisem os números que apresentamos a seguir antes de votar a mensagem do governo que trata de reajuste de apenas 4% para os servidores públicos.

Conforme estudos realizados pelo renomado Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (Dieese), considerado o período entre 1º de janeiro de 2015 a 1º de janeiro de 2024, o reajuste necessário sobre os salários de dezembro de 2023 para recompor o poder de compra dos servidores públicos seria de 54,25% se considerarmos o IPCA-IBGE e de 54,09% se o índice for o INPC-IBGE.

Reajuste salarial no período	15,09%
INPC-IBGE acumulado no período	77,34%
Perda salarial até 31 de dezembro de 2023	-35,10%
Reajuste necessário em 01 de janeiro de 2024	54,09%
IPCA-IBGE acumulado no período	77,52%
Perda salarial até 31 de dezembro de 2023	-35,17%
Reajuste necessário em 01 de janeiro de 2024	54,25%

Entre 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023, o IPCA-IBGE e o INPC-IBGE apresentaram uma variação de, respectivamente, 77,52% e 77,34%. Porém, no mesmo período, o reajuste salarial concedido pelo governo foi 15,09% (3,5% em março + 2,91% em novembro de 2015, 4% em 2022 e 4% em 2023). Observe-se ainda que nesse período a contribuição ao Planserv pulou de 12% para 14%, causando mais 2% de perda indireta.

Importante observar que a Bahia continua mantendo folgada margem na relação Receita Corrente Líquida X Despesa Total de Pessoal. Segundo o Dieese, ao final do terceiro quadrimestre de 2023 a RLC estava em R\$ 57,1 bilhões, DTP era de R\$ 22,8 bilhões.



Estes números mostram que há condições de o Estado conceder um percentual de reajuste maior. Isso porque a relação Receita Corrente Líquida X Despesa Total de Pessoal (RCL X DTP) está hoje em 39,98%. O indicador situou-se 6,19 pontos percentuais abaixo do limite prudencial (46,17%) e 8,62 pontos percentuais abaixo do limite máximo (48,6%) da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Mostrando flexibilidade e maturidade política, importantes sindicatos representativos dos servidores propuseram ao governo um reajuste de 10%, o que não comprometeria as finanças e manteria essa relação na casa dos 42%, portanto bem abaixo dos limites da LRF. Depende agora apenas da boa vontade do governador Jerônimo e da Assembleia Legislativa.